



RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014

EXECUTIVO

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	3.095.552.617,73	-
Pessoal Ativo	2.357.422.899,12	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	670.270.045,25	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	67.859.673,36	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art. 19 da LRF) (II)	127.961.325,64	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	32.853.281,39	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	89.621.106,91	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	5.486.937,34	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	-	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	2.967.591.292,09	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		2.967.591.292,09
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	5.969.712.767,26	
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV / V) * 100	49,71%	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - <49,00%>	2.925.159.255,96	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - <46,55%>	2.778.901.293,16	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <44,10%>	2.632.643.330,36	

FONTE: SIAFEM/AL, DIECON, 05/mar/2015, 22h e 12m

Nota 1: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar não Processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei nº 4.320/64.

Nota 2: Na Linha "Pessoal Inativo e Pensionista" está o aporte do Tesouro aos Fundos Financeiro e Militar, administrados pela Empresa AL Previdência. Os Inativos e Pensionistas com recursos vinculados estão fora do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Estado.

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL

2014			2014			2015		
2º Quadrimestre			3º Quadrimestre			1º Quadrimestre		
Limite Máximo	% DTP	% Excedente	Redutor mínimo de 1/3 do Excedente	Limite	% DTP	Redutor Residual	Limite	% DTP
(a)	(b)	(c) = (b-a)	(d) = (1/3*c)	(e) = (b-d)	(f)	(g) = (f-a)	(h) = (a)	(i)
49,00%	49,44%	0,44%	0,15%	49,29%	49,71%	0,71%	49,00%	-

Nota: DTP corresponde à Despesa Total com Pessoal.

JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS FILHO
Governador

GEORGE ANDRÉ PALERMO SANTORO
Secretário de Estado da Fazenda

PAULO CASTRO CARDOSO DA SILVA
Superintendente do Tesouro Estadual

RICARDO ANDRÉ DE HOLANDA LEITE
Diretor Especial de Contabilidade
CRC PE 017219/O-9

MARIA CLARA CAVALCANTE BUGARIM
Controladora Geral do Estado



RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	9.035.401.985,72	9.362.122.460,34	9.586.811.461,57	10.219.132.621,16
Dívida Mobiliária	160.866.519,85	166.122.645,40	166.122.645,40	-
Dívida Contratual	8.874.535.465,87	9.195.999.814,94	9.420.688.816,17	9.703.158.277,34
Interna	8.213.462.788,17	8.565.834.862,18	8.422.208.857,96	8.520.141.099,19
Externa	661.072.677,70	630.164.952,76	998.479.958,21	1.183.017.178,15
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	-	-	-	515.974.343,82
Outras Dívidas	-	-	-	-
DEDUÇÕES (II) ¹	1.036.985.489,82	1.277.421.145,46	1.330.442.293,68	678.919.111,77
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.460.870.941,51	1.607.329.049,37	1.780.029.902,13	1.030.468.663,66
Demais Haveres Financeiros	40.296.490,42	111.718.223,94	142.992.177,61	252.626.107,15
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	464.181.942,11	441.626.127,85	592.579.786,06	604.175.659,04
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - DCL (III) = (I - II)	7.998.416.495,90	8.084.701.314,88	8.256.369.167,89	9.540.213.509,39
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	5.465.256.409,34	5.703.610.530,95	5.808.701.513,67	5.969.712.767,26
% DA DC SOBRE A RCL (I / RCL)	165,32%	164,14%	165,04%	171,18%
% DA DCL SOBRE A RCL (III / RCL)	146,35%	141,75%	142,14%	159,81%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <200%>				11.939.425.534,52
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - <180%>				10.745.482.981,07
DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL				
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	8.874.535.465,87	9.195.999.814,94	9.420.688.816,17	9.703.158.277,34
DÍVIDA DE PPP (V)	-	-	-	-
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	329.268.322,22	323.851.951,24	312.653.810,26	302.529.993,15
De Tributos	9.322.731,83	8.600.958,82	7.863.804,50	7.300.844,25
De Contribuições Sociais	288.079.282,32	285.960.070,63	279.255.715,12	272.344.765,59
Previdenciárias	288.079.282,32	285.960.070,63	279.255.715,12	272.344.765,59
Demais Contribuições Sociais	-	-	-	-
Do FGTS	31.866.308,07	29.290.921,79	25.534.290,64	22.884.383,31
Com Instituição Não Financeira	-	-	-	-
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	8.545.267.143,65	8.872.147.863,70	9.108.035.005,91	9.400.628.284,19
Interna	7.884.194.465,95	8.241.982.910,94	8.109.555.047,70	8.217.611.106,04
Externa	661.072.677,70	630.164.952,76	998.479.958,21	1.183.017.178,15
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	-	-	-	-
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC				
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	236.574.878,90	236.791.581,16	236.791.581,16	10.334.893,68
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	-	-	-	-
DEPÓSITOS	104.322.969,88	104.322.969,88	104.322.969,88	104.322.969,88
RP NÃO PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	-	-	-	-

(Continua)

JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS FILHO
Governador

GEORGE ANDRÉ PALERMO SANTORO
Secretário de Estado da Fazenda

PAULO CASTRO CARDOSO DA SILVA
Superintendente do Tesouro Estadual

RICARDO ANDRÉ DE HOLANDA LEITE
Diretor Especial de Contabilidade
CRC PE 017219/O-9

MARIA CLARA CAVALCANTE BUGARIM
Controladora Geral do Estado

(Continuação)

REGIME PREVIDENCIÁRIO				
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IX)	-	-	-	-
Passivo Atuarial	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-
DEDUÇÕES (X)¹	-	-	-	-
Disponibilidade de Caixa Bruta	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-
Demais Haveres Financeiros	-	-	-	-
(-) Restos a Pagar Processados	-	-	-	-
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	-	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	-	-	-	-

FONTE: SIAFEM/AL, DIESCON, 28/abr/2015, 16h e 50m

¹ Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta somada aos os Demais Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim, quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

² Em Depósitos, o montante de R\$ 104.322.969,88 refere-se a valores provenientes das incorporações dos balanços da CARHP - Cia. de Administração de Recursos Humanos e Patrimoniais (R\$ 104.253.381,33) e SERVEAL - Serviços de Engenharia de Alagoas S.A. (R\$ 69.588,55). São passivos pendentes de ajustamentos de sua exigibilidade.

³ Os Precatórios do Estado (período de inscrição posterior a 05/05/2000) foram incluídos na Dívida Consolidada no Saldo do Exercício de 2014 - Até o 3º Quadrimestre.

⁴ A previdência do Estado é gerida pela empresa paraestatal AL Previdência, conforme Lei nº 7.114/2009.

⁵ Em 2013, o Estado de Alagoas recebeu a título de operação de crédito do PROINVESTE junto ao BNDES o montante de R\$ 89.837.210,00, registrado no SIAFEM com a fonte 0152.

Desse valor, R\$ 55.788.123,95 foi para reembolso de valores pagos da dívida do PEF2, sendo que, deste valor R\$ 26.977.358,56 foi referente ao período de fevereiro a dezembro de 2012 e R\$ 28.810.765,39 foi referente ao período de janeiro a novembro de 2013, e o saldo de R\$ 34.049.086,05 foi para amortização da dívida do PEF2, sendo que, deste valor R\$ 2.619.160,49 foi referente à parcela do mês de dezembro de 2013 e R\$ 31.429.925,88 foi referente à antecipação do período de janeiro a dezembro de 2014.

⁶ Na conta de Demais Haveres Financeiros registrou-se os recursos depositados no Tribunal de Justiça para quitação de débitos de precatórios no valor de R\$ 164.384.555,22.

JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS FILHO
Governador

GEORGE ANDRÉ PALERMO SANTORO
Secretário de Estado da Fazenda

PAULO CASTRO CARDOSO DA SILVA
Superintendente do Tesouro Estadual

RICARDO ANDRÉ DE HOLANDA LEITE
Diretor Especial de Contabilidade
CRC PE 017219/O-9

MARIA CLARA CAVALCANTE BUGARIM
Controladora Geral do Estado



RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014

RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, §1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)	-	-	-	-
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	-	-	-	-
Outras Garantias nos Termos da LRF ¹	-	-	-	-
INTERNAS (II)	-	-	-	-
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	-	-	-	-
Outras Garantias nos Termos da LRF ¹	-	-	-	-
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I+II)	-	-	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	5.465.256.409,34	5.703.610.530,95	5.808.701.513,67	5.969.712.767,26
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <22,00%>	1.202.356.410,05	1.254.794.316,81	1.277.914.333,01	1.313.336.808,80
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - <19,80%>	1.082.120.769,05	1.129.314.885,13	1.150.122.899,71	1.182.003.127,92

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)	-	-	-	-
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	-	-	-	-
Outras Garantias nos Termos da LRF ¹	-	-	-	-
INTERNAS (VI)	-	-	-	-
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	-	-	-	-
Outras Garantias nos Termos da LRF ¹	-	-	-	-
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (VII) = (V+VI)	-	-	-	-

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE: SIAFEMAL, DIECON, 28/abr/2015, 16h e 01m

¹ Inclui garantias concedidas por meio de Fundos.

JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS FILHO
Governador

GEORGE ANDRÉ PALERMO SANTORO
Secretário de Estado da Fazenda

PAULO CASTRO CARDOSO DA SILVA
Superintendente do Tesouro Estadual

RICARDO ANDRÉ DE HOLANDA LEITE
Diretor Especial de Contabilidade
CRC PE 017219/O-9

MARIA CLARA CAVALCANTE BUGARIM
Controladora Geral do Estado



RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014

RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III, alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	30.573.768,47	554.477.187,69
Mobiliária	-	-
Interna	-	-
Externa	-	-
Contratual	30.573.768,47	554.477.187,69
Interna	26.099.378,91	182.695.652,35
Abertura de Crédito	-	-
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Derivadas de PPP	-	-
Demais Aquisições Financiadas	-	-
Antecipação de Receita	-	-
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Demais Antecipações de Receita	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art 29, § 1º)	-	-
Outras Operações de Crédito	26.099.378,91	182.695.652,35
Externa	4.474.389,56	371.781.535,34
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	-	-
Parcelamento de Dívidas	-	-
De Tributos	-	-
De Contribuições Sociais	-	-
Previdenciárias	-	-
Demais Contribuições Sociais	-	-
Do FGTS	-	-
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	-	-
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	-	-
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	-	-
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	5.969.712.767,26	-
OPERAÇÕES VEDADAS	-	-
Do Período de Referência (III)	-	-
De Períodos Anteriores ao de Referência	-	-
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	554.477.187,69	9,29%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	955.154.042,76	16,00%
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	859.638.638,49	14,40%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	-	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	417.879.893,71	7,00%
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	554.477.187,69	9,29%

FONTE: SIAFEM/AL, DIESCON, 28/abr/2015, 16h e 03m

JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS FILHO
Governador

GEORGE ANDRÉ PALERMO SANTORO
Secretário de Estado da Fazenda

PAULO CASTRO CARDOSO DA SILVA
Superintendente do Tesouro Estadual

RICARDO ANDRÉ DE HOLANDA LEITE
Diretor Especial de Contabilidade
CRC PE 017219/O-9

MARIA CLARA CAVALCANTE BUGARIM
Controladora Geral do Estado



RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014

EXECUTIVO

RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	962.121,01	-	962.121,01
Cota-Parte do Salário Educação - Estadual	3.307.030,57	24.491,09	3.282.539,48
Cota-Parte do Salário Educação - Federal	20.697.997,53	-	20.697.997,53
Convênios	387.877.574,10	116.232.881,08	271.644.693,02
FUNDEB	36.694.927,99	9.711.183,50	26.983.744,49
Fundo Estadual de Erradicação da Pobreza - FECOEP	54.581.253,32	1.927.442,39	52.653.810,93
Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	39.780.669,49	21.330.431,02	18.450.238,47
Operações de Crédito Externas	116.231.773,81	19.557.126,79	96.674.647,02
Operações de Crédito Internas	29.131.064,99	6.159.182,59	22.971.882,40
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	689.264.412,81	174.942.738,46	514.321.674,35
Recursos Ordinários - Fonte Tesouro	47.104.782,08	104.396.909,60	(57.292.127,52)
Recursos Ordinários - Outras Fontes	223.455.957,63	279.642.672,45	(56.186.714,82)
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	270.560.739,71	384.039.582,05	(113.478.842,34)
TOTAL (III) = (I + II)	959.825.152,52	558.982.320,51	400.842.832,01
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES ¹	-	-	-

FONTE: SIAFEM/AL, DIESCON, 05/mar/2015, 22h e 36m

¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Nota: A previdência do Estado é gerida pela empresa paraestatal AL Previdência conforme Lei nº 7.114/2009.

JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS FILHO
Governador

GEORGE ANDRÉ PALERMO SANTORO
Secretário de Estado da Fazenda

PAULO CASTRO CARDOSO DA SILVA
Superintendente do Tesouro Estadual

RICARDO ANDRÉ DE HOLANDA LEITE
Diretor Especial de Contabilidade
CRC PE 017219/O-9

MARIA CLARA CAVALCANTE BUGARIM
Controladora Geral do Estado



RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014

EXECUTIVO

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	-	-	-	-	962.121,01	-
Cota-Parte do Salário Educação - Estadual	-	24.491,09	-	1.714.337,05	3.282.539,48	-
Cota-Parte do Salário Educação - Federal	-	-	-	231.592,31	20.697.997,53	-
Convênios	-	116.232.881,08	-	14.162.028,89	271.644.693,02	-
FUNDEB	-	9.711.183,50	-	7.340.525,56	26.983.744,49	-
Fundo Estadual de Erradicação da Pobreza - FECOEP	-	1.927.442,39	-	-	52.653.810,93	-
Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	-	21.330.431,02	-	21.598.370,91	18.450.238,47	-
Operações de Crédito Externas	-	19.557.126,79	-	12.017.965,29	96.674.647,02	-
Operações de Crédito Internas	-	6.159.182,59	-	1.490.717,52	22.971.882,40	-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	-	174.942.738,46	-	58.555.537,53	514.321.674,35	-
Recursos Ordinários - Fonte Tesouro	56.533,60	104.340.376,00	-	2.796.255,62	(57.292.127,52)	-
Recursos Ordinários - Outras Fontes	-	8.571.278,49	-	57.020,26	(56.186.714,82)	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	56.533,60	112.911.654,49	-	2.853.275,88	(113.478.842,34)	-
TOTAL (III) = (I + II)	56.533,60	287.854.392,95	-	61.408.813,41	400.842.832,01	-
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES ¹	-	-	-	-	-	-

FONTE: SIAFEM/AL, DIESCON, 05/mai/2015, 22h e 32m

¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Nota: A previdência do Estado é gerida pela empresa paraestatal AL Previdência conforme Lei nº 7.114/2009.

JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS FILHO
Governador

GEORGE ANDRÉ PALERMO SANTORO
Secretário de Estado da Fazenda

PAULO CASTRO CARDOSO DA SILVA
Superintendente do Tesouro Estadual

RICARDO ANDRÉ DE HOLANDA LEITE
Diretor Especial de Contabilidade
CRC PE 017219/O-9

MARIA CLARA CAVALCANTE BUGARIM
Controladora Geral do Estado



RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014

EXECUTIVO

LRF, art. 48 - Anexo 7

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	2.967.591.292,09	49,71%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 49%	2.925.159.255,96	49,00%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 46,55%	2.778.901.293,16	46,55%
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	9.540.213.509,39	159,81%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	11.939.425.534,52	200,00%
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	-	0,00%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	1.313.336.808,80	22,00%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	554.477.187,69	9,29%
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	0,00%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	955.154.042,76	16,00%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	417.879.893,71	7,00%
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	61.408.813,41	400.842.832,01

FONTE: SIAFEM/AL, DIESCON, 05/mai/2015, 22h e 39m

JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS FILHO
Governador

GEORGE ANDRÉ PALERMO SANTORO
Secretário de Estado da Fazenda

PAULO CASTRO CARDOSO DA SILVA
Superintendente do Tesouro Estadual

RICARDO ANDRÉ DE HOLANDA LEITE
Diretor Especial de Contabilidade
CRC PE 017219/O-9

MARIA CLARA CAVALCANTE BUGARIM
Controladora Geral do Estado